



EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Vida de pesquisador ainda longe do ideal

Apesar do reajuste nas bolsas e da permissão para buscar outras fontes de renda, universitários relatam dificuldades para produzir ciência

» VITÓRIA TORRES*

A greve nas universidades federais, com dois meses de duração, trouxe à tona um debate sobre o estado da pesquisa científica no país. Durante as negociações com os grevistas, o governo federal anunciou recomposições salariais a partir de 2025 e novos investimentos para ampliação e custeio das instituições de ensino superior. A maior parte das medidas anunciadas foram direcionadas para a formação dos alunos e o trabalho dos professores em sala de aula. Mas o reforço às pesquisas científicas passou ao largo do debate.

Pesa a favor do governo, entretanto, que medidas importantes para o incentivo à pesquisa científica foram tomadas no ano passado. Em fevereiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou reajuste no valor de 258 mil bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Em termos percentuais, a recomposição sugere um incremento significativo. Alunos de mestrado e doutorado tiveram um reajuste de 40%, enquanto pós-doutorandos ganharam aumento de 25%. Bolsas para a iniciação científica tiveram um salto de 75% e de iniciação científica júnior subiram 200%. Com os reajustes, uma bolsa de mestrado subiu de R\$ 1.500 para R\$ 2.100 mensais. A remuneração para doutorado evoluiu de R\$ 2.200 para R\$ 3.100. E, no pós-doutorado, o auxílio passou de R\$ 4.100 para R\$ 5.200.

Falta de incentivo

Apesar dos esforços para melhorar a pesquisa científica, as queixas persistem. “Eu acho muito engraçado quando alguém fala ‘se não tiver remuneração, quem vai se sentir motivado a fazer pesquisa e avançar o conhecimento?’. A pessoa que fala isso não tem a menor noção do que é ser pesquisador no Brasil. O salário do pesquisador nem se chama salário, se chama bolsa. E é uma esmola”, desabafa Ricardo Valadares, 34 anos, pesquisador de economia criativa.

A psicóloga Paola Barros Delben, 40, também vê dificuldades.

Arquivo Pessoal



Para Paola Delben, a fragilidade financeira, atrelada às longas jornadas de trabalho, tornam a vida do pesquisador uma “saga de sacrifícios”



Eu acho muito engraçado quando alguém fala ‘se não tiver remuneração, quem vai se sentir motivado a fazer pesquisa e avançar o conhecimento?’ . A pessoa que fala isso não tem a menor noção do que é ser pesquisador no Brasil. O salário do pesquisador nem se chama salário, se chama bolsa”

Ricardo Valadares, pesquisador de economia criativa

Para ela, a fragilidade financeira e a ausência de benefícios trabalhistas e previdenciários tornam a jornada do pesquisador uma saga de sacrifícios. “Você não pode ter carteira assinada nem ser registrado”, queixa-se.

As carências no sistema de bolsas também impactam na qualidade de vida e na saúde mental dos pesquisadores. Muitos se veem obrigados a buscar outras fontes alternativas de renda, o que acaba

comprometendo sua dedicação à pesquisa e resultando em jornadas exaustivas. “Trabalhos formais com expedientes de 30 ou 40 horas exigem mais ‘horas extras’ para a pesquisa”, relata Paola Delben. O resultado disso é o surgimento de um fenômeno conhecido como “burnout acadêmico”, caracterizado por sintomas depressivos e ansiosos decorrentes do estresse prolongado.

Contudo, alguns pesquisadores conseguem encontrar alternativas para equilibrar suas atividades de pesquisa com outras fontes de renda, enquanto lidam com a incerteza financeira ao avançar em suas áreas de estudo. A psicóloga, por exemplo, recorre a trabalhos autônomos como mentorias, consultorias e palestras.

Embora haja incentivos e prêmios disponíveis, muitas vezes esses reconhecimentos não são acompanhados de recursos financeiros adequados. “Aqui no Brasil é muito difícil isso acontecer, principalmente para os chamados ‘pesquisadores em início de carreira’”, observa Paola Delben. Essa falta de reconhecimento e recompensa financeira leva à desmotivação e ao êxodo de talentos para outros países.

Na avaliação da pesquisadora, o país corre o risco de perder seus melhores talentos para o exterior devido à falta de condições adequadas de trabalho e reconhecimento profissional. “O Brasil precisa entender que reconhecimentos são importantíssimos, mas precisamos de financiamento”, completa a psicóloga.

Relatório da OCDE aponta fragilidades

De acordo com o relatório “Education at a Glance 2023” da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil investe menos em educação do que os países membros do grupo. O relatório também destaca a necessidade de valorização dos professores. Muitos países enfrentam uma escassez de profissionais de ensino devido à carreira não ser financeiramente atraente.

No Brasil, o Programa Nacional de Educação (PNE) estabelece que o salário dos professores deveria ser equiparado ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente até 2020. Contudo, em 2021, os vencimentos dos professores representavam apenas 82,5% dos salários dos outros profissionais com qualificações semelhantes.

Além disso, um relatório da OCDE analisa os fatores que levam doutores a permanecerem na academia ou buscarem outras carreiras. Desafios individuais, organizacionais e culturais dificultam a inserção em empresas, especialmente em setores industriais, de mineração e agricultura. A falta de informações sobre outras carreiras potenciais e a incompatibilidade entre as necessidades dos empregadores e as habilidades adquiridas ao longo do doutorado são barreiras significativas. A carga de trabalho excessiva e a visão predominante de sucesso na academia também são mencionadas como fatores limitantes.

Alguns países, como África do Sul, Bélgica, Japão e Suíça, instituíram observatórios e pesquisas nacionais para coletar e divulgar dados sobre os rumos profissionais dos doutores e pós-doutores, ajudando a orientar políticas públicas e iniciativas de incentivo à pesquisa.

O pesquisador de engenharia elétrica Danilo Silva, 27, nota que, em grande parte, o apoio para a pesquisa vem na forma de bolsas ou por meio de vínculos empregatícios. No entanto, ele ressalta que as universidades privadas têm perdido recursos e, consequentemente, o espaço para a pesquisa é reduzido. Isso cria uma situação em que os pesquisadores são mais incentivados a dedicarem-se apenas ao ensino.

“As instituições tratam os pesquisadores como professores, não há a profissão de pesquisador, isso limita, pois muitos pesquisadores gostariam de se dedicar integralmente à pesquisa”, lamenta Danilo Silva.

Ele acredita que um aumento no valor das bolsas, além de benefícios como seguro de saúde e previdência, poderia tornar a pesquisa uma opção mais atraente para os jovens. Ele ressalta que, atualmente, o baixo valor das bolsas não oferece incentivo suficiente para que os pesquisadores se dediquem integralmente à pesquisa.

“Se o valor fosse maior e já viesse com alguns benefícios, eu acho que seria bem mais atrativo fazer um mestrado ou um doutorado.”

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Capes e CNPq ressaltam avanços obtidos

O diretor científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Olival Freire, explicou que a remuneração dos pesquisadores no Brasil varia conforme o vínculo e a titulação. “Se entendermos pesquisador como aquele que se dedica à pesquisa vinculada à área de Ciência e Tecnologia, precisamos considerar diferentes cenários. Os pesquisadores vinculados a universidades, institutos e unidades de pesquisa federais têm a carreira disciplinada pela Lei nº 8.691/1993. Os pesquisadores com este perfil e com doutorado têm uma remuneração média de R\$15.000. Sem vínculo

com universidades e institutos, uma bolsa de pós-doutorado júnior é de R\$ 5.200, mais R\$ 480 de taxa de bancada”, afirmou o diretor científico.

Para Freire, o CNPq, principal agência de fomento à pesquisa do país, tem disponibilizado muitos financiamentos aos pesquisadores. “No ano de 2023, o CNPq executou o total de R\$ 700 milhões em bolsas. Como exemplo, em bolsas de Produtividade em Pesquisa, que remuneram pesquisadores com alta produtividade científica em suas áreas, o CNPq pagou em 2023 o valor de R\$ 226 milhões; em bolsas de pós-doutorado destinadas à manutenção

ou aperfeiçoamento de pesquisadores, o CNPq investiu em 2023 o total de R\$ 67 milhões”.

“Considerando a média salarial do executivo, a carreira de pesquisador tem boa atratividade. Porém, há espaço para melhorias quanto aos incentivos e remuneração da carreira, principalmente considerando a necessidade de dedicação exclusiva e o tempo necessário para a execução de um projeto demanda”, completou Freire.

Remuneração

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) também

ressaltou ao **Correio** o esforço em melhorar a remuneração dos bolsistas, beneficiando mais de 100 mil estudantes e pesquisadores de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Ao longo de 2024, a Capes garantiu destinar R\$ 2,84 bilhões para concessão de bolsas no país.

“Para a manutenção de laboratórios e outras despesas com a pesquisa, como compra de insumos, os investimentos totalizam R\$ 200 milhões ao longo de 2024. Em 2023, a Capes reajustou esses valores, que estavam defasados desde 2015. Também estão sendo investidos, neste ano, mais de R\$ 500 milhões no Portal de Periódicos, um dos

maiores acervos científicos virtuais do mundo que atende um potencial de seis milhões de usuários em todo País. A Capes também atendeu às demandas emergenciais dos pós-graduandos e pesquisadores do Rio Grande do Sul devido aos desastres ambientais”, informou a instituição, em nota.

Em outra frente, uma portaria da Capes autorizou, desde outubro de 2023, as instituições de ensino superior a permitirem que pesquisadores acumulem a bolsa com outras atividades remuneradas. Os critérios são definidos pelas instituições às quais os profissionais estão vinculados.